DocuSign Envelope ID: 203FCC89-4694-49BF-BEA5-6A5A80337B84

PUBLICIDADE LEGAL

CENTRAL EÓLICA BORBOREMA III S.A.

CNPJ/MF nº 47.034.180/0001-96

AVISO - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS EM ATENDIMENTO AO PARECER DE ORIENTAÇÃO CVM Nº 39, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021:

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico:
a) https://www.diariodenoticias.com.br
Declaração do auditor independente
As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://www.diariodenoticias.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 18 de abril de 2023, sem modificações.

Balanço Patrimonial - Período de 05 de julho de 2022 e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022		Nota	31/12/2022
ATIVO			**PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**		
Circulante			**Passivo**		
Caixa e equivalente de caixa	7	50	**Circulante**		
			Fornecedores	8	12.540
			Impostos a pagar		191
			Total do passivo		**12.731**
			Patrimônio Líquido		
			Capital social integralizado		50
			Prejuízos acumulados		(12.731)
			Total do patrimônio líquido		**(12.681)**
Total do ativo		**50**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**50**

Demonstrações de resultados - Período de 05 de julho de 2022 e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022
Despesas operacionais	10	
Despesas gerais e administrativas		(12.731)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro		**(12.731)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**(12.731)**
Resultado líquido do exercício		**(12.731)**

Demonstrações dos resultados abrangentes - Período de 05 de julho de 2022 e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

	31/12/2022
Resultado líquido do exercício	**(12.731)**
Outros resultados abrangentes	-
Resultado abrangente do exercício	**(12.731)**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Período de 05 de julho de 2022 e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

	31/12/2022		31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		**Fluxo de caixa das atividades de financiamento**	
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(12.731)	Aumento de capital	50
	(12.731)	**Caixa liquido proveniente das atividades de financiamento**	50
Variações em:		**Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa**	**50**
Fornecedores	12.540	Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	50
Impostos a pagar	191	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-
Caixa proveniente das atividades operacionais	-		**50**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Período de 05 de julho de 2022 e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Lucros/prejuízos acumulados	Total
Saldos em 05 de julho de 2022	-	-	-
Capital social subscrito conforme ato societário	500	-	500
Capital social a integralizar conforme ato societário	(450)	-	(450)
Prejuízo do exercício	-	(12.731)	(12.731)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**50**	**(12.731)**	**(12.681)**

Diretoria

Paula Ferrareto Dalbello - Diretora
Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior - Diretor
Alfredo Antônio Tessari Neto - Contador - CRC nº 1SP176534/O-5

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas - **Central Eólica Borborema III S.A.**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Eólica Borborema III S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 5 de julho á 31 de dezembro de 2022, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas financeiras significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Eólica Borborema III S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 5 de julho à 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de agosto de 2023

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP000160/O-5
Adriano Formosinho Correia Contador CRC 1BA029904/O-5

CENTRAL EÓLICA BORBOREMA IV S.A.

CNPJ/MF n° 47.034.101/0001-47

AVISO - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS EM ATENDIMENTO AO PARECER DE ORIENTAÇÃO CVM Nº 39, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021:

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico:
a) https://www.diariodenoticias.com.br
Declaração do auditor independente
As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://www.diariodenoticias.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 18 de abril de 2023, sem modificações.

Balanço Patrimonial - Período de 05 de julho de 2022 e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022		Nota	31/12/2022
ATIVO			**PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**		
Circulante			**Passivo**		
Caixa e equivalente de caixa	7	50	**Circulante**		
			Fornecedores	8	12.540
			Impostos a pagar		191
			Total do passivo		**12.731**
			Patrimônio Líquido	9	
			Capital social integralizado		50
			Prejuízos acumulados		(12.731)
			Total do patrimônio líquido		**(12.681)**
Total do ativo		**50**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**50**

Demonstrações de resultados - Período de 05 de julho de 2022 e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022
Despesas operacionais	10	
Despesas gerais e administrativas		(12.731)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro		**(12.731)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**(12.731)**
Resultado líquido do exercício		**(12.731)**

Demonstrações dos resultados abrangentes
Período de 05 de julho de 2022 e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

	31/12/2022
Resultado líquido do exercício	**(12.731)**
Outros resultados abrangentes	-
Resultado abrangente do exercício	**(12.731)**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Período de 05 de julho de 2022 e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

	31/12/2022		31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		**Fluxo de caixa das atividades de financiamento**	
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(12.731)	Aumento de capital	50
	(12.731)	**Caixa liquido proveniente das atividades de financiamento**	50
Variações em:		**Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa**	**50**
Fornecedores	12.540	Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	50
Impostos a pagar	191	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-
Caixa proveniente das atividades operacionais	-		**50**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Período de 05 de julho de 2022 e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

	Capital social	Lucros/prejuízos acumulados	Total
Saldos em 05 de julho de 2022	-	-	-
Capital social subscrito conforme ato societário	500	-	500
Capital social a integralizar conforme ato societário	(450)	-	(450)
Prejuízo do exercício	-	(12.731)	(12.731)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**50**	**(12.731)**	**(12.681)**

Diretoria

Paula Ferrareto Dalbello - Diretora
Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior - Diretor
Alfredo Antônio Tessari Neto - Contador - CRC no. 1SP176534/O-5

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas - **Central Eólica Borborema IV S.A.**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Eólica Borborema IV S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 5 de julho á 31 de dezembro de 2022, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas financeiras significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Eólica Borborema IV S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 5 de julho à 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de agosto de 2023

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP000160/O-5
Adriano Formosinho Correia Contador CRC 1BA029904/O-5

CENTRAL EÓLICA BORBOREMA I S.A.

CNPJ/ME n° 47.034.077/0001-46

AVISO - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS EM ATENDIMENTO AO PARECER DE ORIENTAÇÃO CVM Nº 39, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021:

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico:
a) https://www.diariodenoticias.com.br
Declaração do auditor independente
As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://www.diariodenoticias.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 18 de abril de 2023, sem modificações.

Balanço Patrimonial - Período de 05 de julho de 2022 e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022		Nota	31/12/2022
ATIVO			**PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**		
Circulante			**Passivo**		
Caixa e equivalente de caixa	7	50	**Circulante**		
			Fornecedores	8	12.540
			Impostos a pagar		191
			Total do passivo		**12.731**
			Patrimônio Líquido	9	
			Capital social integralizado		50
			Prejuízos acumulados		(12.731)
			Total do patrimônio líquido		**(12.681)**
Total do ativo		**50**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**50**

Demonstrações de resultados - Período de 05 de julho de 2022 e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022
Despesas operacionais	10	
Despesas gerais e administrativas		(12.731)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro		**(12.731)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**(12.731)**
Resultado líquido do exercício		**(12.731)**

Demonstrações dos resultados abrangentes - Período de 05 de julho de 2022 e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

	31/12/2022
Resultado líquido do exercício	**(12.731)**
Outros resultados abrangentes	-
Resultado abrangente do exercício	**(12.731)**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Período de 05 de julho de 2022 e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

	31/12/2022		31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		**Fluxo de caixa das atividades de financiamento**	
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(12.731)	Aumento de capital	50
	(12.731)	**Caixa liquido proveniente das atividades de financiamento**	50
Variações em:		**Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa**	**50**
Fornecedores	12.540	Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	50
Impostos a pagar	191	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-
Caixa proveniente das atividades operacionais	-		**50**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Período de 05 de julho de 2022 e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Lucros/prejuízos acumulados	Total
Saldos em 05 de julho de 2022	-	-	-
Capital social subscrito conforme ato societário	500	-	500
Capital social a integralizar conforme ato societário	(450)	-	(450)
Prejuízo do exercício	-	(12.731)	(12.731)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**50**	**(12.731)**	**(12.681)**

Diretoria

Paula Ferrareto Dalbello - Diretora
Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior - Diretor
Alfredo Antônio Tessari Neto - Contador - CRC nº 1SP176534/O-5

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas - **Central Eólica Borborema I S.A.**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Eólica Borborema I S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 5 de julho á 31 de dezembro de 2022, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Eólica Borborema I S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 5 de julho à 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de agosto de 2023

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP000160/O-5
Adriano Formosinho Correia Contador CRC 1BA029904/O-5

Boletim de Precedentes destaca possibilidade de concurso material entre posse e distribuição de pornografia infantil

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) disponibilizou a 108ª edição do Boletim de Precedentes. O destaque da edição é a publicação do acórdão do Tema Repetitivo 1.168, julgado pela Terceira Seção, sob relatoria do ministro Reynaldo Soares da Fonseca.

Ao julgar os recursos especiais representativos da controvérsia, o colegiado definiu que os tipos penais trazidos nos artigos 241-A e 241-B do Estatuto da Criança e do Adolescente são autônomos, com verbos e condutas distintas, sendo que o crime do artigo 241-B não configura fase normal, tampouco meio de execução para o crime do artigo 241-A, o que possibilita o reconhecimento de concurso material de crimes. Além da publicação do acórdão, o boletim apresenta temas afetados e outros que estão sendo discutidos pelos colegiados do tribunal.

O Boletim de Precedentes também traz um balanço das controvérsias cadastradas e canceladas no período. Nesta edição, há sete novos temas e uma controvérsia cancelada.

Produzido pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas (Nugepnac), o Boletim de Precedentes do STJ permite a consulta unificada e direta a respeito dos processos selecionados para a futura definição de precedentes qualificados no STJ.

Além disso, o boletim apresenta recursos indicados pelos tribunais de origem como representativos de controvérsia e informa sobre pedidos de suspensão nacional em incidentes de resolução de demandas repetitivas.

Terceira Turma vê simulação em instrumento de confissão de dívida que teria mascarado propina

Por verificar a simulação de negócio jurídico, a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), por maioria, declarou a nulidade de um instrumento particular de confissão de dívida firmado entre duas empresas que, segundo os autos, buscavam mascarar o pagamento de propina para funcionário público.

De acordo com o processo, como condição para receber mais de R$ 18 milhões relativos a um antigo contrato com o estado do Tocantins, uma empresa teria sido orientada a pagar propina em favor de um então secretário estadual, por meio de uma sociedade empresária que levava o seu nome e da qual ele participava com 99% das cotas. Para dar ao esquema aparência de legalidade, teria sido elaborado um contrato de locação de equipamentos, no valor de mais de R$ 8 milhões, com a assinatura de termo de confissão de dívida.

Supostamente em dificuldades financeiras, a empresa assinou os contratos, mas, após receber os valores do governo do Tocantins, ela teria se recusado a pagar o montante previsto no acordo simulado. Como resultado, a empresa credora promoveu ação de execução de título extrajudicial, com base na confissão de dívida.

Os devedores, por sua vez, opuseram embargos à execução, alegando que o título era nulo, decorrente de contrato simulado que foram coagidos a assinar.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS
Leia e assine:
5584-0035

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

DocuSigned by:
Diario de Noticias
Assinado por: AMS EDITORA LTDA:00559976000107
CPF: 95190953815
Data/Hora da Assinatura: 25/08/2023 21:37:09 BRT
ICP Brasil
F30028BECACE477A80F4162020591B34

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link https://publilegal.diariodenoticias.com.br/